

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - UFMT**  
**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO – IE**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO: ORALIDADE,**  
**LEITURA, ESCRITA E LITERATURA NA INFÂNCIA**  
**SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB)**

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E PERMANÊNCIA COM DIGNIDADE: A**  
**EXPERIÊNCIA DA EMEB DO CAMPO PROF<sup>a</sup> HILDA CAETANO NO DISTRITO**  
**DO SUCURI – CUIABÁ-MT**

**Ângelo Valentim Lena**

*Coordenador Pedagógico da Escola Municipal de Educação Básica do Campo Prof<sup>a</sup> Hilda  
Caetano de Oliveira Leite*

E-mail: [angelo.lena@sme.cuiaba.mt.gov.br](mailto:angelo.lena@sme.cuiaba.mt.gov.br)

## **RESUMO**

O presente artigo analisa a realidade socioeducacional vivida pelas crianças e jovens do Distrito do Sucuri, zona rural de Cuiabá/MT, tendo como foco a atuação da EMEB do Campo Prof<sup>a</sup> Hilda Caetano de Oliveira Leite. A partir de dados extraídos do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da unidade, bem como da observação prática da gestão escolar, problematiza-se o esvaziamento da educação básica no território — intensificado desde a descontinuidade do Ensino Médio em 2005 e dos Anos Finais do Ensino Fundamental em 2017 — como elemento central do êxodo juvenil. Ao invés de uma visão romântica ou determinista sobre a vida no campo, o estudo propõe compreender o potencial de permanência com qualidade, desde que sejam garantidos os direitos sociais básicos e uma educação que valorize as vivências, culturas e possibilidades locais. Com isso, defende-se a criação de um Polo Educacional Rural Integrado como alternativa para reverter os processos de marginalização e fortalecer o campo como espaço legítimo de vida e de futuro.

**Palavras-chave:** Educação do Campo; Permanência; Juventude Rural; Território; Políticas Educacionais.

## **1. INTRODUÇÃO**

O debate sobre a Educação do Campo no Brasil se insere em um cenário histórico marcado por desigualdades territoriais e pela negação sistemática dos direitos sociais das populações rurais (BRASIL, 2002). Em meio às disputas por políticas públicas voltadas à permanência da população no campo, a escola rural torna-se um dos principais instrumentos

de valorização das identidades camponesas e de fortalecimento da cidadania (CALDART, 2000; FREIRE, 1987). No entanto, quando a estrutura educacional local é descontinuada, seus efeitos ultrapassam os limites pedagógicos e passam a impactar diretamente o tecido social das comunidades (CUIABÁ, 2025).

Este artigo tem natureza qualitativa, de cunho descritivo e reflexivo, e está ancorado na observação participante, na análise documental e na vivência direta da equipe gestora da EMEB do Campo Prof<sup>a</sup> Hilda Caetano de Oliveira Leite, localizada no Distrito do Sucuri, zona rural de Cuiabá-MT (CUIABÁ, 2025).

A metodologia adotada compreendeu:

- Levantamento documental: utilizando como base principal o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, com destaque para os diagnósticos internos que identificam o perfil socioeconômico da comunidade escolar, os dados de mobilidade, evasão, permanência e a proposta de transformação da escola em um polo educacional (CUIABÁ, 2025);

- Entrevistas informais e escuta ativa com membros da comunidade escolar, incluindo professores, pais, estudantes e moradores do entorno, no intuito de compreender as demandas, as barreiras enfrentadas para a continuidade dos estudos e as perspectivas sobre a vida no campo (BRASIL, 2002);

- Análise crítica da realidade do campo a partir da experiência cotidiana da gestão escolar, que atua como agente mediador entre a comunidade e os órgãos institucionais (FREIRE, 1987).

A discussão central deste trabalho se ancora na necessidade de reconhecer o campo como um espaço de vida plena, com potencial para o desenvolvimento humano, econômico e cultural (ARROYO, 2006). A realidade apresentada no PPP da EMEB Hilda Caetano evidencia um modelo de ocupação rural que sofre pressão constante da urbanização, não apenas pela migração de jovens para centros urbanos, mas pela própria inserção de atividades urbanas como principal fonte de renda da maioria das famílias (CUIABÁ, 2025).

Apesar disso, há um contingente significativo de estudantes e famílias que desejam permanecer no campo, desde que as condições de vida lhes sejam asseguradas (BRASIL, 2002). Isso inclui acesso a serviços de educação, saúde, transporte, segurança e habitação (BRASIL, 2002). O encerramento da oferta dos anos finais do Ensino Fundamental em 2014, somado ao fim do Ensino Médio em 2005, acelerou o processo de esvaziamento juvenil, o que é evidenciado pelos altos índices de evasão escolar após o 6º ano (CUIABÁ, 2025).

Por outro lado, a manutenção de um número constante de alunos na unidade escolar, variando entre 300 e 400 estudantes, demonstra que ainda existe um forte potencial de

permanência e reconfiguração do campo, especialmente se houver investimentos nas propostas pedagógicas voltadas à identidade campezina, à agroecologia, ao cooperativismo e à profissionalização da juventude rural (CALDART, 2000).

A presente reflexão encontra respaldo concreto nos registros de ações já executadas pela EMEB do Campo Prof<sup>a</sup> Hilda Caetano de Oliveira Leite, os quais vêm sendo sistematicamente publicados e compartilhados como relatórios de atividades pedagógicas e de gestão democrática (CUIABÁ, 2025). Esses documentos – acessíveis por meio de plataformas digitais – revelam experiências que dialogam diretamente com os princípios da Educação do Campo (BRASIL, 2002). Entre elas, destacam-se:

- A promoção de projetos pedagógicos voltados à valorização da cultura camponesa, visita nas propriedades rurais com desempenho exitoso e o mapeamento do território pelos estudantes (CALDART, 2000);
- A escuta ativa das famílias e lideranças comunitárias na elaboração do calendário escolar e nas decisões sobre itinerários formativos (FREIRE, 1987);
- A articulação com instituições como o SENAR, o IFMT e movimentos sociais, buscando alternativas de formação técnico-profissional no campo (ARROYO, 2006);
- A defesa, em instâncias públicas, da reoferta dos Anos Finais do Ensino Fundamental e da construção de um polo educacional rural no Distrito do Sucuri, conforme previsto no PPP da unidade (CUIABÁ, 2025).

Tais registros demonstram que as proposições aqui defendidas não se limitam ao campo das ideias, mas já se desdobram em práticas pedagógicas, de gestão e de mobilização social enraizadas no território e comprometidas com a permanência digna no campo (BRASIL, 2002).

A Escola Municipal de Educação Básica do Campo Prof<sup>a</sup> Hilda Caetano de Oliveira Leite, situada no Distrito do Sucuri, zona rural de Cuiabá-MT, é um exemplo emblemático dessa dinâmica. Até meados dos anos 2000, a unidade ofertava todas as etapas da Educação Básica, incluindo o Ensino Médio, o que possibilitava aos jovens do Sucuri a continuidade de seus estudos no próprio território (CUIABÁ, 2025). Em 2005, o encerramento da oferta do Ensino Médio, seguido da extinção dos anos finais do Ensino Fundamental em 2017, simbolizou o esvaziamento dos investimentos públicos na formação da juventude rural (BRASIL, 2002). Como consequência, aqueles que desejam prosseguir os estudos são forçados a buscar outras regiões para viver, acelerando o processo de êxodo e comprometendo a renovação geracional da comunidade (ARROYO, 2006).

Apesar disso, a permanência de um número relativamente constante de alunos matriculados — entre 300 a 400 estudantes por ano — demonstra que o Distrito do Sucuri ainda possui um forte potencial de (re)significação como território educativo, social e produtivo (CUIABÁ, 2025). Este dado evidencia que, ao contrário das narrativas que associam o campo à estagnação, há um dinamismo social pulsante, que pode e deve ser fomentado por meio de políticas integradas de educação, saúde, segurança, habitação e transporte (BRASIL, 2002).

Neste sentido, este artigo busca refletir sobre a importância de se construir uma proposta pedagógica que valorize as vivências e experiências das crianças e jovens do campo como base para uma formação cidadã que permita ao sujeito permanecer onde pertence por direito (FREIRE, 1987; CALDART, 2000). Mais do que combater o êxodo rural, trata-se de reconhecer o meio rural como espaço legítimo de vida, história, cultura e bem-estar — sem cair em romantizações ou determinismos, mas compreendendo a permanência no campo como uma possibilidade concreta de futuro com dignidade (ARROYO, 2006).

## **2. CONTEXTO DO DISTRITO DO SUCURI E DA ESCOLA HILDA CAETANO**

Localizado na zona rural da capital mato-grossense, o Distrito do Sucuri é uma comunidade com raízes históricas profundas, marcada por uma cultura camponesa tradicional e um modo de vida que integra saberes ancestrais, práticas agrícolas familiares e relações comunitárias solidárias (BRASIL, 2002). Apesar de estar geograficamente próximo à zona urbana de Cuiabá, o Sucuri sofre com a invisibilidade política e a escassez de políticas públicas eficazes que assegurem direitos sociais básicos à sua população (CUIABÁ, 2025).

A Escola Municipal de Educação Básica do Campo Prof<sup>a</sup> Hilda Caetano de Oliveira Leite representa um dos principais pilares da organização social e cultural do distrito. Fundada como uma iniciativa de luta da comunidade por acesso à educação pública, gratuita e de qualidade, a escola já ofertou todas as etapas da Educação Básica, sendo uma referência na região (CUIABÁ, 2025). No entanto, ao longo dos anos, esse papel vem sendo sistematicamente enfraquecido, sobretudo com a descontinuidade da oferta das etapas finais da educação básica (BRASIL, 2002).

O encerramento do Ensino Médio em 2005 e, posteriormente, dos anos finais do Ensino Fundamental em 2013, representou um marco negativo na trajetória da escola e do próprio distrito (CUIABÁ, 2025). Com essas decisões administrativas, parte significativa da

juventude passou a enfrentar desafios ainda maiores para seguir estudando: longos deslocamentos, gastos com transporte, insegurança e, muitas vezes, a necessidade de migração para a zona urbana (ARROYO, 2006). Esse processo desarticula a rede comunitária e fragiliza os vínculos com o território, contribuindo para o desmantelamento da permanência das novas gerações no campo (FREIRE, 1987).

Entretanto, mesmo diante desse cenário adverso, o número de estudantes matriculados na EMEB do Campo Hilda Caetano se mantém estável, variando entre 300 a 400 alunos ao longo dos últimos anos (CUIABÁ, 2025). Esse dado revela uma importante resistência da comunidade, que continua apostando na escola como um espaço legítimo de formação, convivência e fortalecimento identitário (CALDART, 2000). A escola, nesse sentido, não apenas educa, mas também guarda e reativa os sentidos de pertencimento ao território do Sucuri (CALDART, 2000).

O potencial da escola como agente de desenvolvimento local está diretamente ligado à sua capacidade de promover um currículo que reconheça e valorize as práticas e saberes do campo, sem cair em visões idealizadas ou limitantes (BRASIL, 2002). O desafio que se impõe, portanto, é construir uma proposta pedagógica que considere o contexto histórico, social e cultural da comunidade como elemento formativo central, visando não apenas a instrução acadêmica, mas a formação de sujeitos críticos, conscientes e protagonistas de sua própria realidade (FREIRE, 1987; CALDART, 2000).

### **3. EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA E EMANCIPAÇÃO**

A realidade socioeconômica das famílias atendidas pela EMEB do Campo Prof<sup>a</sup> Hilda Caetano de Oliveira Leite é marcada por um processo de mobilidade urbana constante, revelando contradições e tensões entre a vida no campo e a busca por sobrevivência na cidade (CUIABÁ, 2025). Dados extraídos do Projeto Político-Pedagógico da escola apontam que mais de 60% das famílias têm como principal fonte de renda empregos formais urbanos, o que exige deslocamento diário até Cuiabá. Apenas 40% mantêm alguma relação direta com a terra — e desse percentual, metade ainda atua em terras de terceiros, na condição de cuidadores, trabalhadores temporários ou parceiros agrícolas, sem qualquer garantia de posse ou estabilidade (BRASIL, 2002).

Essa configuração revela a fragilidade estrutural da permanência das famílias no campo e expõe a urgência de políticas públicas que promovam o direito à educação como

elemento fundamental da dignidade humana e da sustentabilidade do meio rural (FREIRE, 1987). A escola, diante disso, assume um papel central na mediação entre dois mundos: o rural e o urbano (CALDART, 2000). Ao mesmo tempo que precisa reconhecer e acolher os múltiplos pertencimentos e trajetórias de seus alunos, também tem a responsabilidade de ser um espaço de valorização da identidade camponesa, mesmo para aqueles cuja rotina laboral se dá fora do território (CALDART, 2000).

As implicações educacionais desse cenário são profundas. O desafio vai muito além de ofertar conteúdos curriculares — é preciso construir estratégias pedagógicas e comunitárias que fortaleçam a autoestima dos sujeitos do campo, que promovam alternativas de permanência digna na terra e que superem a lógica de êxodo como único caminho para o "progresso" (FREIRE, 1987). É nesse ponto que a proposta de transformar a unidade em um Polo Educacional Rural Integrado ganha força e sentido (CUIABÁ, 2025).

O próprio PPP da escola aponta que 100% dos jovens das comunidades do Sucuri, Bandeira, São João, Cerradão e Residencial precisam deixar seu território após o 6º Ano do Ensino Fundamental para continuar os estudos (CUIABÁ, 2025). Esse deslocamento, que envolve a tomada de até três ônibus somente no trajeto de ida, longas caminhadas e mais de duas horas e meia diárias de trajeto, acarreta um alto custo econômico e emocional às famílias — sem mencionar os riscos à segurança dos estudantes, como os casos de assédio registrados por cerca de 34% dos alunos (ARROYO, 2006). Essa conjuntura leva a índices alarmantes de evasão escolar no Ensino Médio, chegando a 81% entre os jovens obrigados a migrar para a cidade (CUIABÁ, 2025).

A reabertura dos anos finais do Ensino Fundamental e a futura ampliação da oferta do Ensino Médio e de cursos profissionalizantes, conforme proposto no PPP, não apenas atenderiam a uma demanda objetiva por acesso à educação, mas também contribuiriam significativamente para a fixação das juventudes no território (BRASIL, 2002). Trata-se de um investimento que não apenas evita o esvaziamento populacional da comunidade, mas que, ao mesmo tempo, promove economia para as famílias, geração de empregos locais e maior integração social e cultural da população rural (CALDART, 2000).

Portanto, a educação do campo, quando pensada com base no contexto, nas necessidades e nas potencialidades dos sujeitos que dela fazem parte, deixa de ser apenas um direito formal e passa a ser um instrumento de resistência, de autonomia e de reconfiguração das relações entre o homem e o território (FREIRE, 1987). A EMEB do Campo Profª Hilda Caetano, ao assumir essa missão, reafirma o compromisso de educar para emancipar, sem

romantizações nem fatalismos, mas com o olhar voltado à construção de um futuro possível e digno no próprio chão em que se pisa (CALDART, 2000).

#### **4. CURRÍCULO VINCULADO AO TERRITÓRIO: FOMENTANDO PROJETOS DE VIDA NO CAMPO**

A promoção de uma educação comprometida com a realidade do campo exige que o currículo escolar deixe de ser um espelho da lógica urbana e passe a ser construído a partir das vivências, saberes e demandas da comunidade rural (BRASIL, 2002). No contexto da EMEB do Campo Prof<sup>a</sup> Hilda Caetano de Oliveira Leite, situada no Distrito do Sucuri, essa premissa torna-se ainda mais significativa diante da necessidade urgente de oferecer aos estudantes condições reais de projetarem seus futuros dentro do próprio território onde vivem (CUIABÁ, 2025).

O currículo, quando ancorado nas experiências concretas dos alunos, atua como instrumento de valorização das práticas socioculturais da comunidade, de resgate das identidades camponesas e de incentivo a formas alternativas de trabalho e produção no meio rural, como a agroecologia, o cooperativismo e o associativismo solidário (CALDART, 2000). Tal abordagem vai ao encontro do princípio da educação contextualizada, defendido pelos movimentos de Educação do Campo, segundo o qual os conteúdos escolares devem dialogar com o cotidiano dos sujeitos, promovendo o fortalecimento de sua autonomia e cidadania (FREIRE, 1987).

No caso da comunidade do Sucuri, apesar da crescente urbanização das relações de trabalho, nota-se que há um campo fértil para o desenvolvimento de ações educativas que permitam aos jovens enxergarem o espaço rural não como lugar de atraso ou de exclusão, mas como território de potência, onde é possível construir modos de vida sustentáveis, com dignidade e pertencimento (CUIABÁ, 2025).

A manutenção de um número expressivo de alunos na escola (entre 300 e 400 estudantes por ano) demonstra que o território possui vitalidade social suficiente para resistir aos processos de esvaziamento (CUIABÁ, 2025). Contudo, para que essa permanência se consolide como um projeto de vida — e não apenas como imposição pela ausência de alternativas —, é necessário que a escola exerça seu papel como centro de articulação comunitária, promovendo práticas pedagógicas que deem visibilidade às histórias locais, às tradições culturais, às práticas agrícolas e ao saber comunitário (ARROYO, 2006).

Ao valorizar o território como espaço educativo, o currículo deixa de ser apenas transmissor de conteúdos universais e passa a operar como ferramenta de transformação social (FREIRE, 1987). Projetos escolares que envolvam hortas pedagógicas, registro da memória oral dos moradores mais antigos, estudos ambientais sobre os biomas locais, debates sobre segurança alimentar e economia solidária, por exemplo, tornam-se meios eficazes de conectar o conhecimento escolar às possibilidades de desenvolvimento local (CALDART, 2000).

Nesse sentido, fomentar o interesse dos jovens pela permanência no campo não significa restringi-los a um destino determinado ou romantizar a vida rural, mas sim apresentar o campo como uma possibilidade legítima de realização pessoal e profissional (BRASIL, 2002). Isso implica combater a visão hegemônica de que o sucesso está apenas na cidade e reconhecer que o bem-estar também pode (e deve) ser construído no interior, desde que haja políticas públicas de saúde, segurança, transporte, moradia e, especialmente, educação de qualidade e com sentido (FREIRE, 1987).

Portanto, a vinculação do currículo ao território não é apenas uma escolha pedagógica, mas uma estratégia política de resistência e afirmação dos direitos dos povos do campo (CALDART, 2000). A EMEB do Campo Hilda Caetano, ao caminhar nesta direção, se posiciona como guardiã das possibilidades de futuro dos jovens do Sucuri, oferecendo-lhes ferramentas para que permaneçam no campo não por falta de opções, mas por decisão consciente e esperança concreta de um viver melhor onde pertencem (CUIABÁ, 2025).

## **5. AÇÕES PEDAGÓGICAS E O PAPEL DA ESCOLA COMO ESPAÇO DE ARTICULAÇÃO E RESISTÊNCIA**

Diante da complexa realidade social, econômica e geográfica do Distrito do Sucuri, a EMEB do Campo Prof<sup>a</sup> Hilda Caetano de Oliveira Leite tem buscado afirmar-se como um espaço estratégico de permanência e valorização da vida no campo (BRASIL, 2002). Com base nos princípios da Educação do Campo e no compromisso ético de promover justiça territorial, a escola tem organizado seu fazer pedagógico para ir além do ensino conteudista e se consolidar como espaço de articulação comunitária, formação cidadã e fortalecimento identitário (CUIABÁ, 2025).

Entre as principais ações pedagógicas desenvolvidas ou planejadas, destacam-se:

### **5.1 Projetos Curriculares Integradores**

A inserção de projetos temáticos que envolvam práticas agroecológicas, cultura local, uso sustentável da terra e registros da memória comunitária permite que os conteúdos escolares se tornem significativos (CALDART, 2000). Atividades como hortas escolares, feiras agroecológicas, oficinas de culinária regional e estudos do meio são estratégias já discutidas entre a coordenação pedagógica e o corpo docente, com o objetivo de promover a interdisciplinaridade e o enraizamento do conhecimento no território (ARROYO, 2006).

### **5.2 Incentivo à Permanência Estudantil e à Formação Continuada**

A escola atua de forma direta para mitigar os efeitos do deslocamento forçado de estudantes após o 6º ano. Desde 2014, com a extinção dos Anos Finais do Ensino Fundamental e, anteriormente, em 2005, com a interrupção da oferta do Ensino Médio, os jovens da comunidade passaram a enfrentar uma jornada diária de até 2h30min para continuarem seus estudos na cidade. Essa realidade favorece o abandono escolar e acelera o êxodo juvenil (BRASIL, 2002). Nesse sentido, a direção da unidade escolar e os conselhos participativos têm defendido a ampliação da oferta educacional na própria comunidade, por meio de propostas que incluem reimplantação do Ensino Fundamental – Anos Finais; criação de unidade de Ensino Médio rural e técnico, em parceria com o IFMT ou o SENAR; e implantação de rotas otimizadas de transporte escolar intracampo (CUIABÁ, 2025). Essas ações visam reduzir os custos financeiros das famílias, minimizar os riscos de exposição urbana e criar condições reais de permanência dos estudantes no meio rural com qualidade e dignidade (FREIRE, 1987).

### **5.3 Valorização das Culturas Camponesas e da Identidade Local**

A escola tem se comprometido com a promoção de eventos culturais que valorizem os saberes e as práticas da comunidade. As festas tradicionais, visitas dos alunos às propriedades camponesas de êxito, as oficinas de saberes populares e as entrevistas com moradores antigos são formas de integrar as famílias ao ambiente escolar e estimular o sentimento de pertencimento e orgulho da identidade rural (CALDART, 2000).

### **5.4 Educação como Direito e Cidadania**

A escola compreende que não basta atuar apenas no campo pedagógico. É necessário articular-se com outras políticas públicas para garantir o direito à saúde, segurança, mobilidade e moradia. Por isso, tem buscado integrar sua ação a conselhos comunitários, lideranças locais e entidades da sociedade civil, com o objetivo de pressionar o poder público pela ampliação dos serviços básicos no Sucuri e no entorno (ARROYO, 2006).

A presença constante de aproximadamente 300 a 400 alunos na unidade demonstra que o território possui base social ativa e pulsante (CUIABÁ, 2025). A manutenção dessa base depende, entre outros fatores, da capacidade da escola em fomentar projetos de vida no campo, ancorados em uma concepção de bem-estar não idealizada, mas concreta, informada por direitos sociais, justiça agrária e políticas educacionais comprometidas com os sujeitos do campo (FREIRE, 1987).

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E ENCAMINHAMENTOS PARA UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO COMPROMETIDA COM A PERMANÊNCIA COM QUALIDADE DE VIDA**

A análise da realidade vivida pelos estudantes e suas famílias no Distrito do Sucuri revela, de forma incontornável, a complexa teia de fatores que influenciam a permanência ou a evasão do campo. A EMEB do Campo Prof<sup>a</sup> Hilda Caetano de Oliveira Leite, enquanto instituição educacional localizada nesse território, é mais do que um espaço de ensino: é um eixo de sustentação comunitária, de resistência e de (re)significação da vida no meio rural (BRASIL, 2002; CUIABÁ, 2025).

A extinção da oferta dos Anos Finais do Ensino Fundamental, em 2014, somada à interrupção do Ensino Médio em 2005, expôs a juventude local a um quadro de vulnerabilidade que tem acelerado o êxodo rural (BRASIL, 2002). Essa ruptura da trajetória escolar no próprio território impõe custos físicos, financeiros, emocionais e simbólicos aos estudantes, impactando diretamente a permanência das famílias no campo (FREIRE, 1987).

Entretanto, o número expressivo de alunos que continuam matriculados na escola — entre 300 a 400 estudantes anualmente — demonstra que há uma pulsação vital na comunidade do Sucuri (CUIABÁ, 2025). Esse contingente não representa apenas uma estatística escolar, mas sim um indicador do potencial de fortalecimento e revalorização do campo, desde que os direitos básicos sejam assegurados de forma contínua e justa (CALDART, 2000).

As reflexões apresentadas neste artigo demonstram que a promoção da educação no campo não pode restringir-se à manutenção física da escola, mas precisa estar integrada a um projeto de sociedade que reconheça o campesinato como parte legítima da construção do país (ARROYO, 2006). Isso implica:

- Políticas educacionais específicas e articuladas com outras áreas, como saúde, transporte, segurança e regularização fundiária (BRASIL, 2002);

- Revalorização do saber local e dos modos de vida campesinos, sem romantização ou fatalismo (CALDART, 2000);
- Criação de alternativas pedagógicas que favoreçam a autonomia, a agroecologia, o cooperativismo e a articulação comunitária como formas sustentáveis de viver e produzir no campo (FREIRE, 1987).

A transformação da EMEB do Campo Hilda Caetano em um Polo Educacional Rural Integrado aparece, neste contexto, como uma proposta viável e necessária, capaz de romper o ciclo de invisibilização que marca a história da educação rural brasileira (CUIABÁ, 2025). Formar sujeitos do campo é formar cidadãos plenos, capazes de compreender e transformar sua realidade — não como “fugitivos do campo”, mas como protagonistas do seu tempo, de sua história e de seu território (ARROYO, 2006).

A escola, portanto, não apenas educa: ela finca raízes de futuro (FREIRE, 1987).

## **7. EXPERIÊNCIA NA PÓS-GRADUAÇÃO E NOVOS OLHARES SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Minha trajetória profissional como educador do campo, e particularmente como gestor da EMEB do Campo Prof<sup>a</sup> Hilda Caetano de Oliveira Leite, esteve sempre imersa em desafios concretos: esvaziamento das políticas públicas, evasão escolar juvenil, ausência de infraestrutura e invisibilidade institucional. Foi diante dessas questões, vividas no cotidiano escolar do Distrito do Sucuri, que encontrei na Pós-graduação em Educação no Campo a oportunidade de aprofundar a compreensão crítica sobre o papel da escola rural na promoção da justiça social e da permanência com dignidade.

Ao iniciar o curso, trazia comigo a inquietação de quem presencia diariamente os efeitos das desigualdades históricas que afetam as populações do campo. Buscava ferramentas para fortalecer a resistência da escola como espaço de pertencimento e de articulação comunitária. Hoje, ao concluir esta formação, reconheço que minha percepção sobre a Educação do Campo foi profundamente ampliada. Passei a compreendê-la não apenas como um conjunto de práticas isoladas, mas como um projeto político-pedagógico enraizado na realidade dos sujeitos do campo, e orientado pela escuta ativa, pelo currículo contextualizado e pela valorização das identidades e saberes locais.

Durante o curso, aprofundei-me em referenciais como Paulo Freire, Miguel Arroyo e Roseli Caldart, e pude reconhecer com mais clareza o potencial emancipador da educação quando ela se ancora no território, no diálogo e na prática coletiva. Os novos saberes construídos — sobre agroecologia, cooperativismo, memória oral, associativismo, profissionalização rural e articulação interinstitucional — já se desdobram em ações pedagógicas na EMEB Hilda Caetano, como projetos de horta escolar, estudos do meio, roteiros culturais e práticas de escuta da comunidade.

Este percurso formativo consolidou em mim a convicção de que a Educação do Campo deve ser entendida como um direito humano, que não apenas instrui, mas transforma, ressignifica e emancipa. A defesa da criação de um Polo Educacional Rural Integrado no Distrito do Sucuri, proposta fundamentada no Projeto Político-Pedagógico da escola, representa hoje uma das principais bandeiras que carrego, fruto direto da articulação entre a prática profissional e os novos conhecimentos adquiridos ao longo do curso.

Encerrar esta etapa acadêmica não significa finalizar um ciclo, mas renovar o compromisso com a construção de uma escola que finca raízes de futuro, que dialoga com o chão onde pisa e que forma sujeitos capazes de permanecer, resistir e florescer no campo com dignidade.

## **8. CONSIDERAÇÕES**

Fica evidente que a EMEB do Campo Prof<sup>a</sup> Hilda Caetano de Oliveira Leite, com sua história e envolvimento com a comunidade, possui condições estruturais, humanas e simbólicas para se constituir como um polo de educação do campo no Distrito do Sucuri (CUIABÁ, 2025). A articulação entre o conhecimento formal e os saberes tradicionais pode contribuir para a permanência qualificada das novas gerações no meio rural (BRASIL, 2002; CALDART, 2000).

A educação contextualizada, aliada à ampliação da oferta de ensino fundamental completo, ensino médio e profissionalizante, é um caminho viável e urgente para reduzir o êxodo e reverter a lógica da marginalização do campo (FREIRE, 1987; ARROYO, 2006). Cabe à escola, à gestão pública e à comunidade rural lutarem conjuntamente por condições concretas de dignidade, pertencimento e projeto de vida (BRASIL, 2002).

## **9. REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.** MEC/SEB, 2002.

CUIABÁ. **Projeto Político Pedagógico.** EMEB do Campo Profª Hilda Caetano de Oliveira Leite. Cuiabá: SME, 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** São Paulo: Expressão Popular, 2000.

ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre.** Petrópolis: Vozes, 2006.

## ANEXOS

As práticas de trabalho da escola em prol desse trabalho são documentadas em relatórios como os disponíveis nos seguintes links:

1. Vivências do Campo para Crianças do Campo: Relato de uma Aula-Campo com Alunos do 4º Ano da EMEB do Campo Prof. Hilda Caetano de Oliveira Leite, disponível em <https://x.gd/xYYRF> ou pelo qrcode:



2. RELATÓRIO DA AULA-CAMPO – 1º ANO A e 3º ANO A na FAZENDA, disponível em <https://x.gd/wi6DH> ou pelo qrcode:



3. RELATÓRIO DE AULA-CAMPO 5º Ano Ano B, disponível em <https://x.gd/Os0tu> ou pelo qrcode:



4. RELATÓRIO DE VISITA PEDAGÓGICA AO SÍTIO DO ALUNO DAVI, disponível em <https://x.gd/FKmDh> ou pelo qrcode:



5. RELATÓRIO DE AULA-CAMPO – EDUCAÇÃO INFANTIL (G4 E G5), disponível em <https://x.gd/r9jwi> ou pelo qrcode:



6. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO Escola Municipal de Educação Básica do Campo "Profª Hilda Caetano de Oliveira Leite", disponível em <https://x.gd/8Uism> ou pelo qrcode:



7. Visita no Sítio pela Educação Infantil, disponível em <https://x.gd/MO20n> ou pelo qrcode:

